

ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS DIFERENCIADAS NO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

Marco Crocco^{*}
Ana Tereza Lanna Figueiredo^{}**

Resumo: Este artigo objetiva investigar em que medida existem no Brasil estratégias bancárias diferenciadas no território. Com base na concepção pós-keynesiana de preferência pela liquidez distinta por região (DOW, 1993), analisa-se o balanço consolidado das agências bancárias das grandes regiões brasileiras. Através da análise de indicadores, construídos a partir do citado balanço, conclui-se que existem evidências a assinalar o fato de o sistema bancário brasileiro atuar de forma diferenciada no espaço, comportamento este que reforça as desigualdades regionais.

Abstract: The aim of this paper is to investigate in what extent there is a differentiated regional bank strategy in the Brazilian economy. Based on the post-Keynesian theory of regional liquidity preference (DOW, 1993), the article analyses the consolidate balance sheet of bank's branches in the Brazilian regions. Through the analyses of some of the indicators that has been built using the balance sheet, the paper concludes that there are evidences that supports the statement that the Brazilian Bank System works in a different way over the space. This behavior reinforces the uneven regional patterns of development in the Brazilian economy.

Palavras Chaves: Estratégia Bancária, Economia Regional, Bancos.

Key Words: Bank's Strategy, Regional Economy, Banks

Área: 5.1. Economia Monetária e Financeira

^{*} Professor Adjunto do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR)/UFMG. E-mail: crocco@cedeplar.ufmg.br.

^{**} Professora Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da PUC Minas. Doutoranda do CEDEPLAR/UFMG. E-mail: lanna@cedeplar.ufmg.br.

I. INTRODUÇÃO

A literatura sobre a questão regional brasileira tem se caracterizado por estudos que consideram o comportamento das variáveis reais da economia (produção, emprego, salários, etc.). Além disto, destaca-se o fato de variáveis monetárias e financeiras serem freqüentemente negligenciadas. Fato justificado pela ausência de fontes de dados satisfatórias para a análise regional da perspectiva financeira e monetária. (AMADO, 1998: 418).

No entanto, apesar destas limitações, alguns trabalhos (AMADO, 1997, 1998 e CROCCO e JAYME JR., 2006) mostraram que é possível extrair importantes conclusões a partir do estudo deste campo de investigação. Dentro deste contexto insere-se o presente trabalho.

O objetivo deste artigo é investigar em que medida existem no Brasil estratégias bancárias diferenciadas no território. Com base na concepção pós-keynesiana de preferência pela liquidez distinta por região (DOW, 1993), analisa-se o balanço consolidado das agências bancárias das grandes regiões brasileiras. Através da análise de indicadores, construídos a partir do citado balanço, conclui-se que existem evidências a assinalar o fato de o sistema bancário brasileiro atuar de forma diferenciada no espaço, comportamento este que reforça as desigualdades regionais.

A seção seguinte (II) expõe teoricamente o entendimento pós-keynesiano da dinâmica regional. A terceira seção descreve a evolução recente do sistema bancário brasileiro de forma a captar suas transformações e conseqüentes impactos sobre estratégias bancárias gerais. A seção IV, cerne do artigo, investiga a existência de estratégias bancárias diferenciadas no território. Na última seção algumas conclusões são apresentadas.

II. MOEDA E ESPAÇO NA PERSPECTIVA PÓS-KEYNESIANA

O pouco destaque dado à moeda e ao seu papel para o desenvolvimento das regiões constitui uma característica marcante na literatura acerca de economia regional. Vários modelos de determinação da renda regional, como o neoclássico, o de causação cumulativa e o de insumo-produto, não consideram o impacto da moeda e de variáveis financeiras. Quando abordadas, tais variáveis são, em sua maioria, tratadas em modelos econométricos, nos quais algumas variáveis monetárias nacionais, consideradas exógenas, afetam a determinação regional da renda em função das características específicas de cada localidade. Assim, a moeda e os fluxos monetários têm sido considerados como resultado da diferença entre as áreas e não como a causa desta diferença.

Segundo Rodriguez-Fuentes (1998, 2006), as principais razões para tal ausência de referências a fatores monetários são: 1) a hipótese ortodoxa de que a moeda é neutra no longo prazo e, assim sendo, não pode explicar valores reais em nível regional; 2) o fato de regiões não usarem

instrumentos de política monetária, e, portanto, serem sem importância para estudo; 3) o fato de regiões serem extremamente abertas e enfrentarem uma perfeita mobilidade de capital, tal como uma pequena e aberta economia.

A neutralidade das variáveis financeiras é assumida pelo *mainstream* em economia, para quem a renda real depende apenas de fatores reais. Neste contexto, a moeda é vista apenas como um véu que facilita as trocas e ajusta o nível geral de preços. Os bancos, por sua vez, são também considerados neutros, pois somente alocam poupanças disponíveis entre projetos alternativos. Regionalmente, o sistema bancário somente afetará o desempenho das variáveis reais, quando fracassar na alocação do crédito nacional entre diferentes regiões em virtude da presença de falhas de mercado, tais como, informação imperfeita ou assimétrica, ou de barreiras à sua atuação, como custos de transação¹. Quando nenhum desses problemas ocorrerem, o mercado de crédito regional estará atuando de forma apropriada e equilibrará o fluxo financeiro interregional, fazendo com que as regiões não enfrentem problemas financeiros, pois se deparam com uma curva de oferta de crédito perfeitamente elástica.

Embora as raízes de diferenças de renda regionais possam ser achadas em fatores estruturais, variáveis monetárias podem ser responsáveis pela manutenção e ampliação das diferenças de renda regional, quando se adota uma abordagem em que a moeda e os bancos não são neutros para o desenvolvimento regional. Trabalhos nesta linha de abordagem, de cunho pós-keynesiano, surgiram na última década na literatura econômica.²

A teoria monetária pós-keynesiana considera a moeda como uma parte integrante do processo econômico e, desta forma, não é possível distinguir claramente o lado monetário do lado real da economia (DOW, 1993). Para os pós-keynesianos a moeda não é exógena, entrando no sistema econômico através do crédito gerado pelos bancos e induzido pela sua demanda. Assim, o crédito permite determinar o investimento, ao invés de determinar o nível geral de preços, tornando a moeda não neutra.

A análise pós-keynesiana também se distingue das demais por abordar tanto o lado da oferta quanto o lado da demanda no mercado de crédito regional. Para esses autores, a oferta e a demanda de crédito são interdependentes e afetadas pela preferência pela liquidez, vinculada às expectativas que os agentes formam em um ambiente de incerteza. Do ponto de vista dos bancos, a preferência pela liquidez afetará negativamente a sua disposição em emprestar na região, caso possuam expectativas pessimistas ou pouco confiáveis sobre a mesma. No lado da demanda por crédito, a preferência pela liquidez do público afetará suas respectivas definições de portfólio. Quanto maior a

¹ Roberts e Fishkind (1979), Moore e Hill (1982) são autores de trabalhos iniciais que tentaram identificar fatores que poderiam levar ao racionamento de crédito em mercados regionais. Recentemente, autores da linha neo-keynesiana como Faini *et al* (1993) e Samolyk (1994), têm explorado o argumento da informação assimétrica nos mercados de crédito regional.

² Para um estudo empírico desta teoria em nível internacional ver Dow (1990). Ver Amado (1997) para a aplicação ao caso brasileiro.

preferência pela liquidez, maiores as posições em ativos líquidos destes agentes e menor sua demanda por crédito.

A partir de tais conceitos teóricos e utilizando-se de elementos da Teoria da Causação Cumulativa e da Dependência, Dow (1982, 1993) apresenta alguns modelos em que o sistema financeiro, juntamente com o lado real da economia, pode promover padrões de desenvolvimento regional desiguais. Dow (1982) tenta traduzir os argumentos de liquidez para um contexto espacial. Assim, economias contemporâneas com igual base monetária possuiriam multiplicadores monetários mais elevados quanto mais otimistas forem as expectativas sobre os preços locais dos ativos; mais líquidos os mercados locais destes ativos; maior o grau de desenvolvimento financeiro e mais favorável seu resultado comercial com outras regiões.

Dois casos extremos de regiões com diferenças em suas características são considerados: uma região central e uma periférica. O centro seria uma região próspera, com mercados ativos e sofisticação financeira. A periferia seria uma economia estagnada, com tênues mercados e um menor grau de sofisticação financeira. O modelo considera que, mesmo dentro de uma nação, as inovações financeiras somente se estendem do centro financeiro para regiões mais remotas após um certo *lag* de tempo e que custos de transações adicionais e de informação ajudam a preservar esta diferença. Como resultado destas características, a preferência pela liquidez seria maior na periferia, a liquidez de qualquer ativo seria maior no centro do que na periferia e, no longo prazo, o multiplicador bancário seria maior no centro. Além disso, a contextualidade espacial permite que o agente possa manter, simultaneamente, ativos de economias de várias regiões, implicando não só na endogeneização espacial da base monetária, como também reforçando o caráter distinto das ofertas de moeda regionais.³

O centro é definido como um local que apresenta uma estrutura produtiva historicamente dominada pela indústria e pelo comércio e onde se situa o centro financeiro. A periferia, por sua vez, concentra suas atividades no setor primário e nas manufaturas de baixa tecnologia, com uma dinâmica econômica centrada na exportação para o centro, sendo as receitas de suas vendas sensíveis à conjuntura no centro e, conseqüentemente, altamente voláteis. O centro possui *spread effects* sobre a periferia, não apenas nas suas demandas de produtos, mas também na difusão de tecnologia, mão-de-obra qualificada e serviços através de suas filiais, promovendo uma dependência do centro pela periferia.

Tais características implicam que a preferência pela liquidez será maior na periferia para os seus residentes, sejam bancos, empresários e o público. As razões para tal seriam o alto risco de

³ Dow (1982) trabalha com um sistema bancário de base regional. Entretanto, seus argumentos de diferenças na oferta de moeda continuam válidos em um sistema bancário nacional, onde o fluxo de capitais pode ser exacerbado e a destinação das alocações dos recursos dependem crucialmente das decisões do centro, para onde o capital flui e os níveis de depósitos são maiores.

perda de capital para os bancos, relacionados ao risco de *default* dos empréstimos; a mudança da eficiência marginal do investimento para as empresas, que é afetada pela menor disponibilidade de empréstimos e maiores juros bancários; e a incerteza na obtenção de renda percebida pelo público, ambos ligados à volatilidade da economia.

Como resultado, bancos nacionais acabam por emprestar menos para a periferia, dada sua estrutura econômica e o remoto controle sobre as suas filiais. Bancos específicos da periferia, por sua vez, preferirão manter um nível de reservas mais altos e restringir os empréstimos locais, colocando-se em uma posição de desvantagem relativa e encorajando a concentração bancária no centro. Além disso, a maior preferência pela liquidez do público na periferia se traduziria em maior parcela de depósitos à vista sobre depósitos a prazo, o que poderia obrigar os bancos a diminuir o prazo de seus empréstimos para ajustar ao menor prazo dos depósitos, gerando menos recursos de longo prazo para a região.

Fundamental para o presente trabalho é entender que a abordagem teórica aqui adotada abre a possibilidade de os bancos e/ou suas agências adotarem estratégias diferenciadas no território. Investigar esta possibilidade é o objetivo central deste artigo. Isto será feito a partir da análise do caso brasileiro a seguir.

III. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO NOS ANOS 1990

A estratégia de atuação dos bancos é definida pela busca contínua de adequação do seu portfólio de ativos a uma relação entre rentabilidade e liquidez que acreditam ser a ideal, frente à conjuntura econômica vigente e às expectativas que têm sobre o futuro, dado o ambiente institucional. Neste contexto, a análise de estratégias bancárias diferenciadas no território brasileiro será feita. Para tanto, esta seção se destina a sistematizar as mudanças ocorridas no sistema bancário brasileiro, iniciadas no final dos anos 80 e que se estendeu até recentemente.

O processo de reestruturação do setor bancário no Brasil pode ser explicado por dois movimentos, um interno e outro externo ao País. O primeiro teve início em meados da década de 1990, com o fim do processo inflacionário, determinando o término do chamado *floating*⁴. Isto fez com que os bancos fossem obrigados a mudar suas estratégias de atuação, notadamente aumentando o peso de créditos concedidos em seu ativo.

O segundo movimento pode ser entendido como a adoção tardia no País das propostas do chamado ‘Consenso de Washington’, que implicou na abertura do setor bancário e na sua desregulamentação, aliado ao programa de privatizações dos bancos públicos, notadamente os

⁴ *Floating*: lucro obtido pelos bancos, resultante da diferença entre os depósitos não indexados ou recolhimento de tributos e os ganhos que obtinham investindo estes recursos (BARBACHAN e FONSECA, 2004).

estaduais. Tais fatos contribuíram para fomentar a concentração bancária no País, refletindo duas tendências simultâneas: a) concentração geográfica das agências e; b) onda de fusões e aquisições.

A primeira relaciona-se diretamente com o fim dos ganhos do *floating*. Durante o período inflacionário, os bancos beneficiaram-se grandemente das receitas inflacionárias. O *floating*, gerado pelo significativo *spread* nominal entre taxas passivas e ativas de juros, obtido principalmente nos depósitos à vista, representava uma importante fonte de recursos. Em função deste mecanismo, a estrutura operacional dos bancos foi montada para maximizar a captação de depósitos (CARVALHO, STUDART, ALVES JR., 2002). Essa estratégia encontrava respaldo na diretriz do Banco Central que, naquela época, objetivava uma maior capilaridade do atendimento bancário. Isto implicou na abertura de uma grande quantidade de agências em diversos municípios brasileiros.

A partir de julho de 1994, entretanto, com a implantação do Plano Real (plano de estabilização da economia), observou-se uma rápida queda da inflação. O novo ambiente macroeconômico gerou profundas conseqüências para o funcionamento do sistema bancário, uma vez que extinguiu a principal fonte de rentabilidade dos bancos. Cabe ressaltar que as receitas inflacionárias, que historicamente situavam-se em torno de 2% do PIB e no período de 1990-1993 chegavam a 4%, foram reduzidas para 2,0% em 1994 e 0,1% em 1995, segundo dados do IBGE. Já em relação ao valor da produção bancária imputada, estas receitas, em 1993, chegaram a representar 87,3% deste valor, reduzindo-se para 49,5%, em 1994, e 1,6% em 1995, como se pode ver na tabela 1. As perdas indicavam claramente que o sistema financeiro teria de passar por profundo processo de ajuste (CORAZZA, 2001).

Tabela 1

Receita inflacionária como % do PIB e do valor da produção imputada - Brasil						
Modalidade	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Receita inflacionária/PIB	4	3,8	4	4,3	2	0,1
Receita inflacionária/valor da produção imputada	70	81,2	86,8	87,3	49,5	1,6

Fonte: Andima/IBGE, 1997.

Inicialmente, os bancos responderam à perda das receitas inflacionárias com o aumento das operações de crédito – concentrado nos empréstimos ao consumidor e ao comércio – e com a adoção de uma postura financeira mais ousada – aproveitando-se, assim, do forte crescimento da demanda.

A rápida e intensa expansão do crédito, em condições de acirrada concorrência entre os bancos por aumento de receita e ampliação de mercados, só foi possível graças a um significativo relaxamento da avaliação de riscos. Conseqüentemente, observou-se um forte aumento na

inadimplência (SOARES, 2001). Além disso, cabe lembrar que a diminuição do ritmo de crescimento da economia no 2º trimestre de 1995, decorrente da adoção, pelo governo brasileiro, de uma política monetária e creditícia altamente restritiva devido à crise mexicana do fim de 1994⁵, elevou enormemente os créditos em atraso e em liquidação (PUGA, 1999). Assim, em um segundo momento, os bancos passaram a adotar uma postura mais defensiva, expressão de sua maior preferência pela liquidez e pela segurança. Direcionaram então suas carteiras para ativos de menor risco, em especial títulos públicos, bem remunerados ao longo do período.

Cabe lembrar, ainda, que os bancos compensaram parte da receita perdida (fim do *floating*) com a redução das despesas administrativas, em especial as de pessoal, e com o incremento de novas fontes de receitas – particularmente as provenientes das tarifas bancárias (SOARES, 2001). De fato, de acordo com estudo do IBGE, a receita de serviços quase que duplicou sua participação relativa nos anos posteriores ao Plano Real. Passou de 8% em 1990, para 10,5% em 1993, e para 21,5% em 1995 (Andima-IBGE, 1997).

A segunda tendência, a de fusões e aquisições, foi consequência tanto do movimento anteriormente descrito quanto dos importantes incentivos concedidos pelo governo, mediante a implantação de dois programas de reforma do sistema financeiro: o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e o PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária). Também fundamental para o processo foi a abertura do sistema bancário à participação estrangeira, especialmente a partir de 1995. Todos esses programas se inserem numa agenda mais ampla de liberalização econômica e redução do papel do estado na economia, nos moldes sugeridos pelo já mencionado ‘Consenso de Washington’.

O PROER, criado em novembro de 1995, autorizava o Banco Central a disponibilizar recursos para que instituições financeiras sólidas adquirissem o controle acionário de bancos em dificuldades resultantes do novo ambiente macroeconômico vigente. Já o PROES foi criado em fevereiro de 1997, com o mesmo objetivo, mas focado na promoção do saneamento financeiro dos bancos estaduais para fins de privatização. Ambos os programas definiram importantes instrumentos institucionais para a reestruturação do setor bancário brasileiro. Além disso, contribuíram para o propósito governamental de reduzir a presença dos bancos públicos, por viabilizarem as privatizações (CARVALHO, STUART, ALVES JR., 2002).

O processo de reestruturação do setor bancário no Brasil resultou, assim, na redução do número de bancos e agências, assim como na realocização das mesmas. O movimento de concentração bancária pode ser visualizado pelas tabelas 2 e 3 abaixo.

⁵ O Banco Central do Brasil elevou as taxas de juros para evitar a saída de capitais do País.

Tabela 2

**Evolução do número de bancos no Brasil
1989 - 2003**

Ano	Número	Ano	Número
1989	179	1997	217
1990	216	1998	203
1992	234	1999	193
1993	243	2000	192
1994	246	2001	182
1995	242	2002	167
1996	231	2003	164

Fonte: Cosif - BACEN

Na tabela 2 observa-se uma redução significativa (32%) no número de bancos operando no Brasil, entre 1990 e 2003.

Tabela 3

**Evolução do número de agências bancárias por região e
da participação (%) das regiões no número de agências bancárias total
1990-2006**

Região/ Ano	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Brasil
	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	Número
1990	1.169	7,89	2.556	17,26	634	4,28	7.391	49,91	3.059	20,66	14.808
1991	1.220	8,19	2.499	16,77	649	4,35	7.382	49,54	3.152	21,15	14.901
1992	1.231	8,19	2.474	16,47	647	4,31	7.468	49,71	3.201	21,31	15.021
1993	1.235	8,16	2.486	16,43	642	4,24	7.543	49,85	3.225	21,32	15.132
1994	1.252	8,16	2.481	16,17	647	4,22	7.711	50,26	3.252	21,19	15.343
1995	1.402	8,21	2.758	16,16	695	4,07	8.568	50,19	3.648	21,37	17.070
1996	1.291	8,07	2.548	15,93	659	4,12	8.133	50,85	3.365	21,04	15.994
1997	1.288	7,97	2.519	15,58	634	3,92	8.360	51,70	3.371	20,84	16.172
1998	1.193	7,56	2.346	14,87	574	3,64	8.339	52,86	3.323	21,07	15.775
1999	1.173	7,43	2.289	14,51	549	3,48	8.453	53,57	3.316	21,01	15.780
2000	1.184	7,35	2.308	14,33	547	3,40	8.727	54,20	3.336	20,72	16.101
2001	1.211	7,29	2.361	14,20	556	3,35	9.095	54,71	3.401	20,46	16.624
2002	1.240	7,34	2.378	14,08	571	3,38	9.279	54,95	3.419	20,24	16.887
2003	1.266	7,47	2.373	14,01	581	3,43	9.297	54,88	3.425	20,22	16.942
2004	1.283	7,51	2.466	14,44	627	3,67	9.261	54,22	3.443	20,16	17.081
2005	1.320	7,71	2.522	14,73	660	3,85	9.104	53,18	3.512	20,52	17.117
2006	1.338	7,66	2.551	14,60	688	3,94	9.322	53,37	3.570	20,43	17.468

Fonte: Laboratório de Estudos em Moeda e Território (LEMTe) - CEDEPLAR

Já a análise da tabela 3 esclarece o seguinte: mesmo que tenha havido crescimento do número de agências em termos absolutos (com uma breve redução absoluta entre 1995 e 1996), todo o processo acima descrito determinou uma tendência de concentração das mesmas na região Sudeste. A participação relativa da região apresentou um pequeno, porém constante, crescimento durante toda a década. Há de se ressaltar ainda que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em 2006, ainda não haviam recuperado os índices de participação relativa alcançados em 1990.

Finalmente, resta ressaltar que o processo de reestruturação bancária determinou também a eliminação de praticamente todos os bancos de caráter regional – reconhecidamente os mais

vulneráveis. Acentuaram-se, portanto, as restrições financeiras das regiões, prejudicando o seu desenvolvimento, como será mostrado mais a frente.

Como se pode constatar, o cenário macroeconômico vigente e o ambiente institucional implicaram em diferentes estratégias adotadas pelos bancos. De forma geral, pode-se delinear um comportamento padrão para o setor bancário brasileiro, nos diferentes períodos analisados. Entretanto, acredita-se que os bancos apresentam táticas de atuação diferenciadas por região. A hipótese assumida é a de que a preferência pela liquidez é distinta no espaço. Assim sendo, o seu comportamento também o é. No próximo item será melhor detalhada a estratégia dos bancos em cada região.

IV. ESTRATÉGIAS REGIONAIS DOS BANCOS BRASILEIROS

IV.1. O Tamanho Regional do Sistema Bancário

A literatura acerca da relação entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento mostra a existência de uma relação causal entre o primeiro e o segundo (LEVINE, 1993; KING e LEVINE, 1993; entre outros). Entre as variáveis utilizadas para medir esta relação, o indicador Ativo/PIB⁶ é um dos mais utilizados⁷, uma vez que nos dá a dimensão do sistema financeiro na economia local.

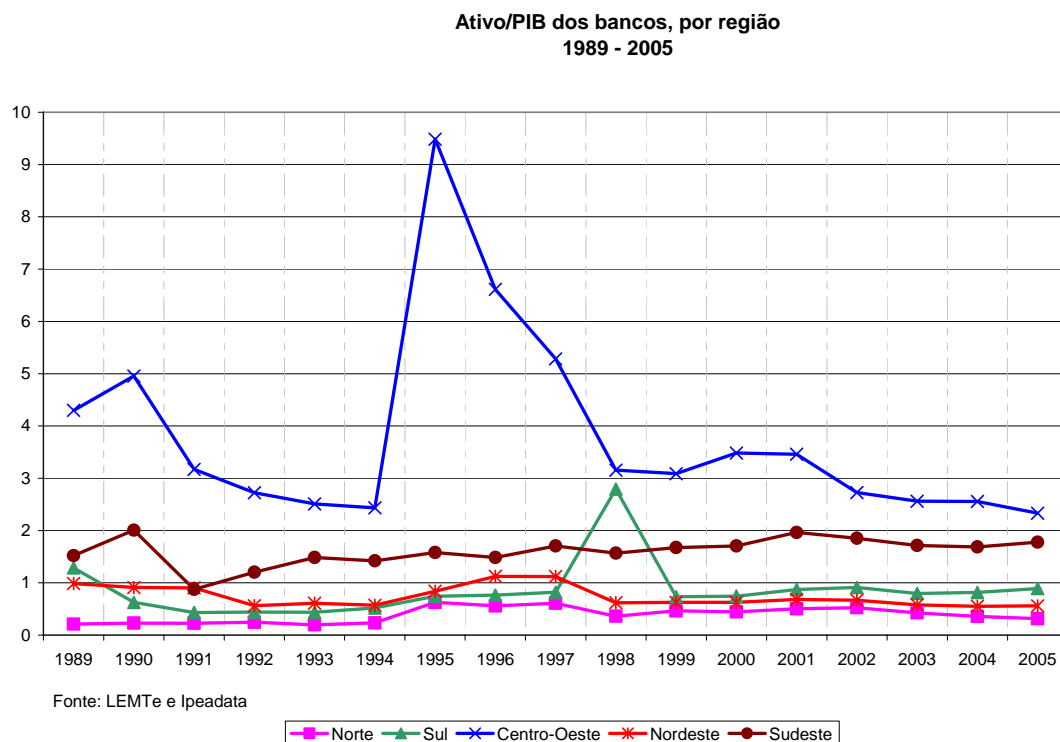
O gráfico a seguir mostra o peso diferenciado do sistema bancário brasileiro, por região, captado a partir desse indicador.

Antes de proceder à análise, cabe tecer algumas considerações acerca do indicador observado para a região Centro-Oeste. Durante todo o período estudado, a região apresentou o maior índice Ativo/PIB do País. No entanto, deve-se ter cuidado com esse resultado, uma vez que ele não reflete o peso real da atividade econômica da região. O fato de a região abrigar as sedes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (os dois maiores bancos federais) influencia demasiadamente o numerador do indicador em questão. Além disso, dado que a capital do País – Brasília – encontra-se situada no Centro-Oeste, todas as operações bancárias da administração federal concentram-se nesta região, o que compromete a objetividade do resultado. Em virtude disto, o Centro-Oeste não será considerado na análise.

⁶ Os dados sobre balancetes bancários aqui utilizados foram fornecidos pelo Laboratório de Estudos sobre Moeda e Território (LEMTe) do CEDEPLAR da UFMG. A fonte primária é o COSIF do Banco Central (BCB). Este sistema determina que todas as agências bancárias do país forneçam ao BCB um balancete mensal de suas operações. O BCB divulga a informação através do SISBACEN de forma consolidada por município. O LEMTe sistematizou e consolidou as informações para o período que vai de 1988 à 2006 para todos os municípios brasileiros.

⁷ Para uma análise de indicadores de avaliação do sistema financeiro ver World Bank and IMF (2005).

Gráfico 1



Para as demais regiões, os dados ilustram um claro padrão: o peso do sistema bancário no PIB é relativamente maior nas regiões mais desenvolvidas do País. Durante todo o período da análise, a região Sudeste apresenta o maior indicador – exceção para o ano de 1998, em que é superada pela região Sul – e a Norte, o menor. De fato, essas regiões são as mais e menos desenvolvidas economicamente. Por sua vez, as regiões Sul e Nordeste disputam o segundo e terceiro lugares ao longo dos anos. De 1990 a 1997, o peso do sistema bancário no PIB da região Nordeste supera o da região Sul. A partir de 1998, entretanto, a situação se inverte. O resultado parece refletir o processo de reestruturação pelo qual o sistema bancário brasileiro passou na década de 1990. Como foi dito, com o fim do *floating*, aliado ao profundo processo de fusões e aquisições, ocorre uma reconcentração do sistema bancário brasileiro, e a região Sudeste aumenta sua participação relativa em detrimento das regiões Norte e Nordeste. Isto explicaria o fato da região Sul ultrapassar a região Nordeste após o ano de 1997.

Além disto, o resultado encontrado acha-se em consonância com a literatura internacional que versa sobre o relacionamento entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento econômico (GERTLER e ROSE, 1996; RAJAN E ZINGALES, 1998; LEVINE, 1997 e 1998; entre outros). Diversos outros estudos, entretanto, buscaram identificar a relação entre o desenvolvimento

do sistema financeiro e o crescimento econômico⁸. Ainda que não haja um consenso sobre a direção de causalidade, há concordância entre os economistas de que o relacionamento existe.

A discussão que se faz necessária neste momento é procurar entender em que medida esta diferença de participações relativas das regiões no sistema bancário é fruto de uma ação deliberada dos bancos ou não. Neste sentido, procurar-se-á, na seção seguinte, identificar a existência ou não de estratégias bancárias diferenciadas no espaço.

IV.2. Estratégias Bancárias Regionais

A identificação de estratégias bancárias diferenciadas no espaço não é uma tarefa trivial. Em primeiro lugar, existe uma clara deficiência relativa à disponibilidade de informações em escala regional, notadamente no Brasil. A principal razão para isto estaria no fato de o Banco Central do Brasil (BCB) ainda não considerar este tipo de informação relevante. Tendo em vista a forte influência neoclássica na formação dos diretores do BCB, desde o início dos anos 90, não é de se estranhar esta visão, uma vez que, de acordo com esta concepção, a moeda é neutra em qualquer escala territorial.

Em segundo lugar, dado o elevado grau de integração existente entre as regiões, sempre existe a possibilidade de uma ação em uma região específica ser fruto de fatos ocorridos em outras regiões e não naquela que esta sendo analisada. Este fato é ainda mais relevante no caso brasileiro, no qual o sistema bancário é composto basicamente por grandes bancos nacionais, com agências espalhadas por todo o País, e com quase nenhum banco regional. Apesar disto, acredita-se que fortes indicações possam existir no sentido de identificação destas estratégias, mesmo levando-se em conta as considerações supracitadas. Assim sendo, uma série de indicadores foram elaborados que, apesar de serem apresentados isoladamente, devem ser considerados em seu conjunto para a identificação destas estratégias.

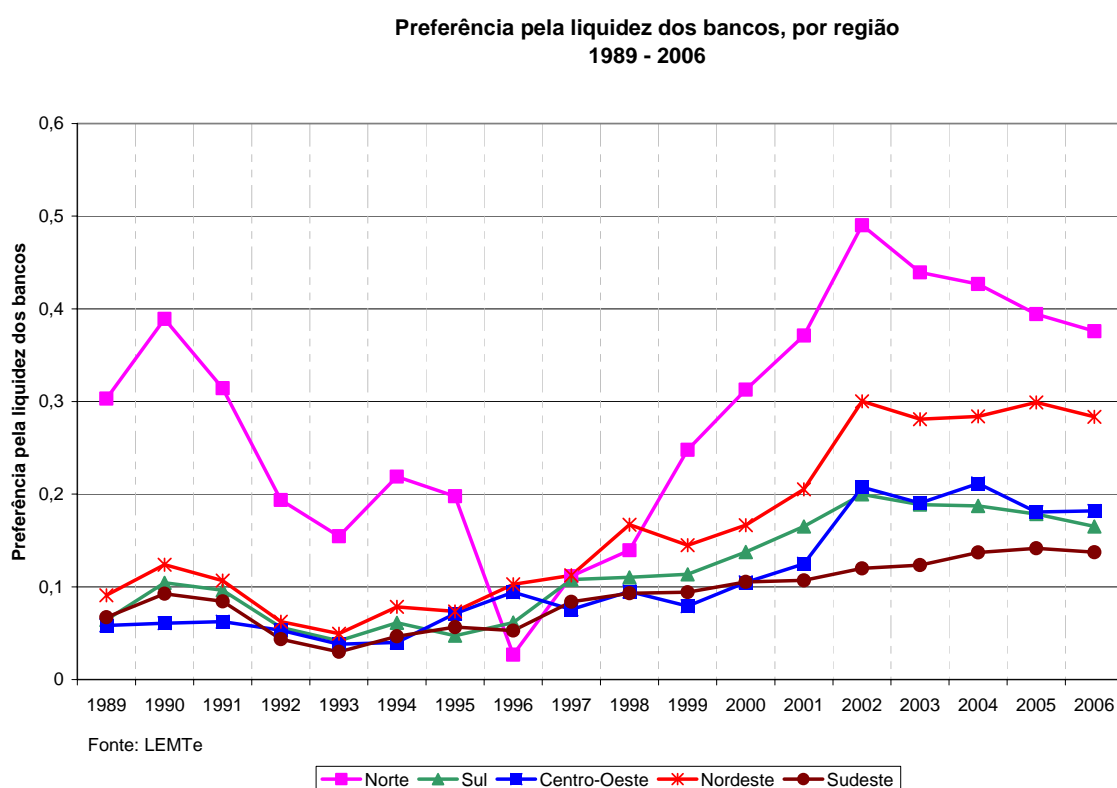
1) Preferência pela liquidez dos bancos

A preferência pela liquidez dos bancos (PLB) constitui o primeiro indicador a ser analisado. Esse indicador mede a maior ou menor disposição dos bancos em manter-se mais ou menos líquidos, sendo calculado dividindo-se o mais líquido dos itens do passivo dos bancos (total dos depósitos à vista) pelo item menos líquido do ativo (total dos créditos concedidos). Assim, quanto maior o indicador, maior a preferência pela liquidez do banco, ou seja, menor a sua disposição em emprestar (em se tornar menos líquido). O gráfico 2 mostra a evolução da PLB de cada região desde o ano de 1989.

⁸ Ver, dentre outros, Demetriades e Hussein (1996), Arestis e Demetriades (1997) e Jayaratne e Strahan (1996).

O gráfico permite duas análises. Em primeiro lugar, o resultado confirma a teoria pós-keynesiana, segundo a qual em regiões mais atrasadas a preferência pela liquidez tende a ser maior. De acordo com esta abordagem, os locais menos desenvolvidos economicamente apresentam maior incerteza sobre o futuro, o que leva os agentes lá instalados (bancos e público, de uma forma geral) a buscarem ativos mais líquidos como forma de proteção. Assim, a preferência pela liquidez nestas regiões é maior. Por outro lado, nas áreas mais desenvolvidas (regiões centrais) há maior disposição tanto para demandar como para ofertar crédito – reflexo de uma menor preferência pela liquidez dos agentes (DOW, 1993).

Gráfico 2



De fato, durante todo o período de análise, a região Norte (a menos desenvolvida) apresentou os maiores níveis de PLB e a região Sudeste (a mais desenvolvida) os menores.⁹

Em segundo lugar, o gráfico acima mostra que o indicador apresentou comportamento semelhante, em todas as regiões, durante o período analisado. Observa-se que, entre 1990 e 1994, há uma tendência de queda da preferência pela liquidez dos bancos em todas as regiões. Em um primeiro momento, esta constatação causa estranheza. Era de se esperar que, em períodos inflacionários, houvesse um aumento da preferência pela liquidez dos agentes como um todo, em virtude do ambiente de elevada instabilidade. Entretanto, dada a forma como é calculado o índice, o

⁹ Este resultado corrobora os obtidos por Crocco *et al* (2005), que utilizaram dados somente até 2002.

resultado faz sentido. Em épocas de inflação elevada as pessoas reduzem o montante de depósitos à vista efetuados. Elas optam por aplicações que rendam algum tipo de juros, a fim de tentar ao menos manter o poder de compra de suas moedas. Sendo assim, o numerador da expressão é reduzido, diminuindo a expressão como um todo. Além disto, apesar da instabilidade, deve ser lembrado que, até 1994, todas as operações financeiras no Brasil utilizavam-se da correção monetária como mecanismo de proteção contra a inflação, inclusive as operações de crédito. Isto contribuía para dar uma maior garantia a este tipo de operação. Assim, pode-se afirmar que, apesar da inflação elevada, as operações de empréstimos continuavam a ser feitas considerando-se apenas os fatores reais.

No período que vai de 1994 (ano da estabilização monetária) até 1999, observa-se uma tendência de leve aumento da preferência pela liquidez dos bancos em todas as regiões.

Nas palavras de Crocco e Santos,

Com a estabilização monetária pós-1994, acreditou-se que o sistema bancário pudesse exercer a sua função central de financiamento da atividade produtiva, uma vez que era esperado que o setor público não mais necessitasse financiar seu déficit. (2006: 49)

De fato, houve um significativo aumento do crédito logo no início do Plano Real. Entretanto, em resposta às turbulências na economia, geradas por fatores externos (crise mexicana e, posteriormente, as contagiadas economias emergentes), reinstalou-se a política monetária de juros elevados. Esse fato “voltou a proporcionar aos bancos uma aplicação financeira mais rentável e menos arriscada do que a concessão de crédito” (CROCCO e SANTOS, *op.cit.*: 50). A preferência pela liquidez dos bancos manteve-se, assim, crescente em todas as regiões.

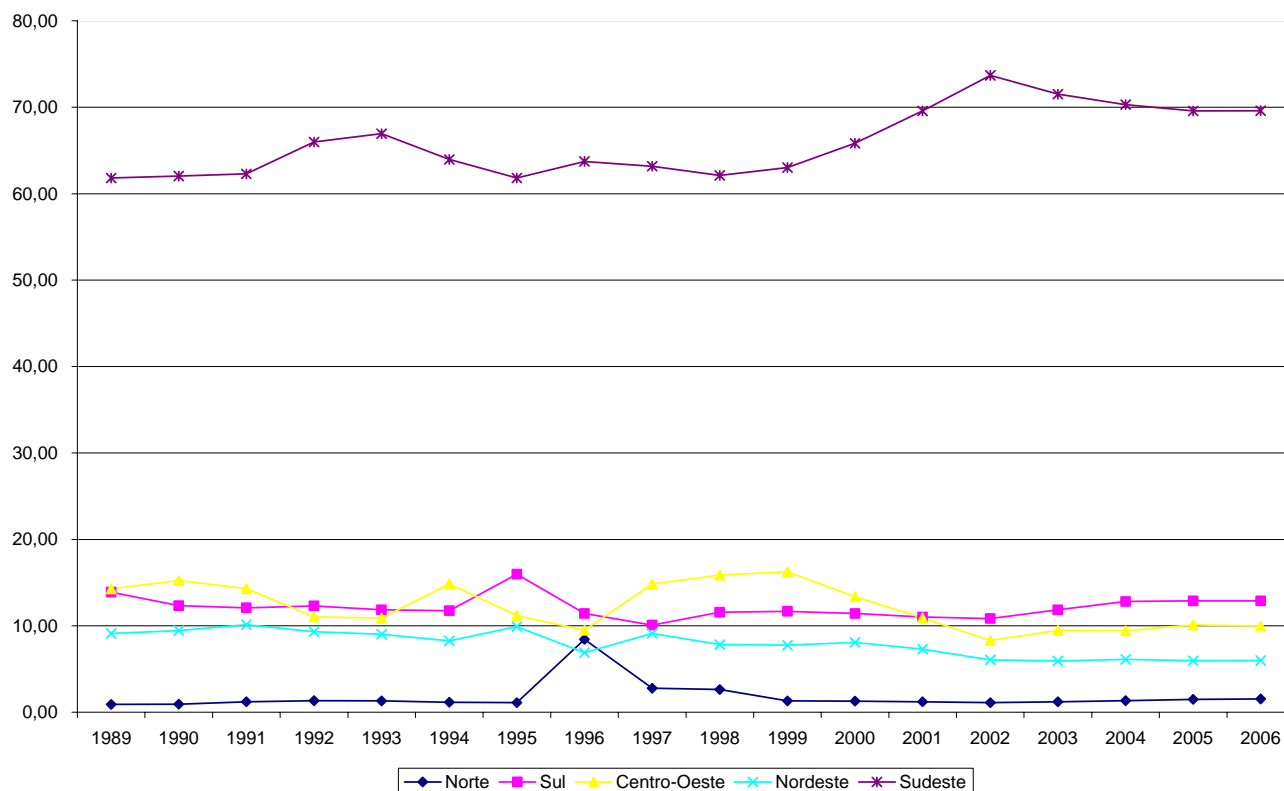
Observam-se ainda dois outros períodos claramente distintos. O primeiro vai de 1999 a 2002, onde se constata um significativo aumento da preferência pela liquidez em todas as regiões. Vale notar que este período coincide com a crise cambial brasileira (1998) e a subsequente política de juros elevados e superávits fiscais elevados. Esses fatos, além de determinarem baixas taxas de crescimento da economia brasileira e um aumento do custo do investimento, dificultando assim a demanda por empréstimos, abriram uma oportunidade segura de lucratividade para os bancos nacionais, através da aplicação em títulos do governo.

A tendência de crescimento da PLB é levemente invertida depois do ano 2002, notadamente nas regiões Norte e Sul e em menor escala, Centro-Oeste e Nordeste. O resultado pode ser creditado à melhoria dos indicadores da economia brasileira a partir de 2004, de maneira especial à sua taxa de crescimento.

2) A Distribuição Regional do Crédito

A distribuição regional do crédito é o segundo indicador a ser estudado para a análise de uma possível estratégia bancária diferenciada no espaço, como mostra o gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3
Distribuição Regional do Crédito
1989-2006



Fonte: LEMTe

Como se pode observar, existe uma forte concentração regional do crédito no Brasil. Em todo o período pesquisado, a região Sudeste apresentou uma participação relativa na distribuição regional acima de 60%. Entre 1990 e 1998 ocorreram flutuações neste valor entre 62% e 67%. Pós-1998 até 2002 ocorre uma clara tendência de aumento desta concentração, tendo a região atingido o pico em 2002, quando obteve cerca de 74% do total do crédito concedido no Brasil. Após 2002, o Sudeste reduz marginalmente sua participação, vindo a atingir 69% em 2006. Em um claro contraste com esta situação foi a evolução das demais regiões. Nota-se aqui a pequena participação das regiões mais pobres (Norte e Nordeste) que, durante todo o período, tiveram sua participação relativa sempre inferior a 10%.

Pode-se argumentar que tais resultados refletiriam o peso econômico de cada região. De fato, é de se esperar que regiões com maiores PIBs apresentem uma demanda por crédito mais elevada e, desta forma, uma maior participação relativa na distribuição deste. Além disto, Crocco e

Santos (2006) salientam que, em regiões menos desenvolvidas, o patamar mais reduzido da renda da população dificulta o seu acesso aos bancos, gerando um menor volume de depósitos como proporção da renda e uma maior retenção de papel-moeda pelo público¹⁰. Da mesma forma, os autores lembram também que a industrialização ocorrida nas regiões periféricas deu-se, em grande medida, a partir de incentivos governamentais. Desta forma, lá se instalaram muitas filiais de empresas, cujas sedes encontravam-se nas regiões centrais (leia-se região Sudeste principalmente). Tal fato acentua a concentração do crédito nestas últimas, uma vez que as operações de empréstimo dão-se, sobretudo, no local onde se encontram sediadas as matrizes das empresas.

No entanto, dois aspectos merecem ser considerados. Em primeiro lugar, vale comparar a distribuição regional do crédito com o peso do sistema financeiro em cada região (Gráfico 1). Fica evidente, nesse caso, uma clara contradição. Enquanto o peso do setor bancário na região Sudeste foi durante todo o período analisado cerca de uma e meia a duas vezes maior que o seu peso nas regiões mais atrasadas, a participação relativa desta mesma região foi mais de 5 vezes maior que as demais.

Além disto, para verificar essa afirmativa construiu-se um novo indicador, aqui chamado de Índice Regional de Crédito, calculado a partir da razão entre a participação relativa de uma região no total de crédito concedido no Brasil e a participação relativa desta mesma região no PIB brasileiro¹¹. Caso este índice apresente um valor superior a 1, isto indicará que a concessão de crédito é maior do que o que poderia ser esperado em função da riqueza existente na região (PIB). Assim se permite averiguar em que medida a concentração na distribuição de crédito na região Sudeste é um mero reflexo da capacidade produtiva já instalada ou não.

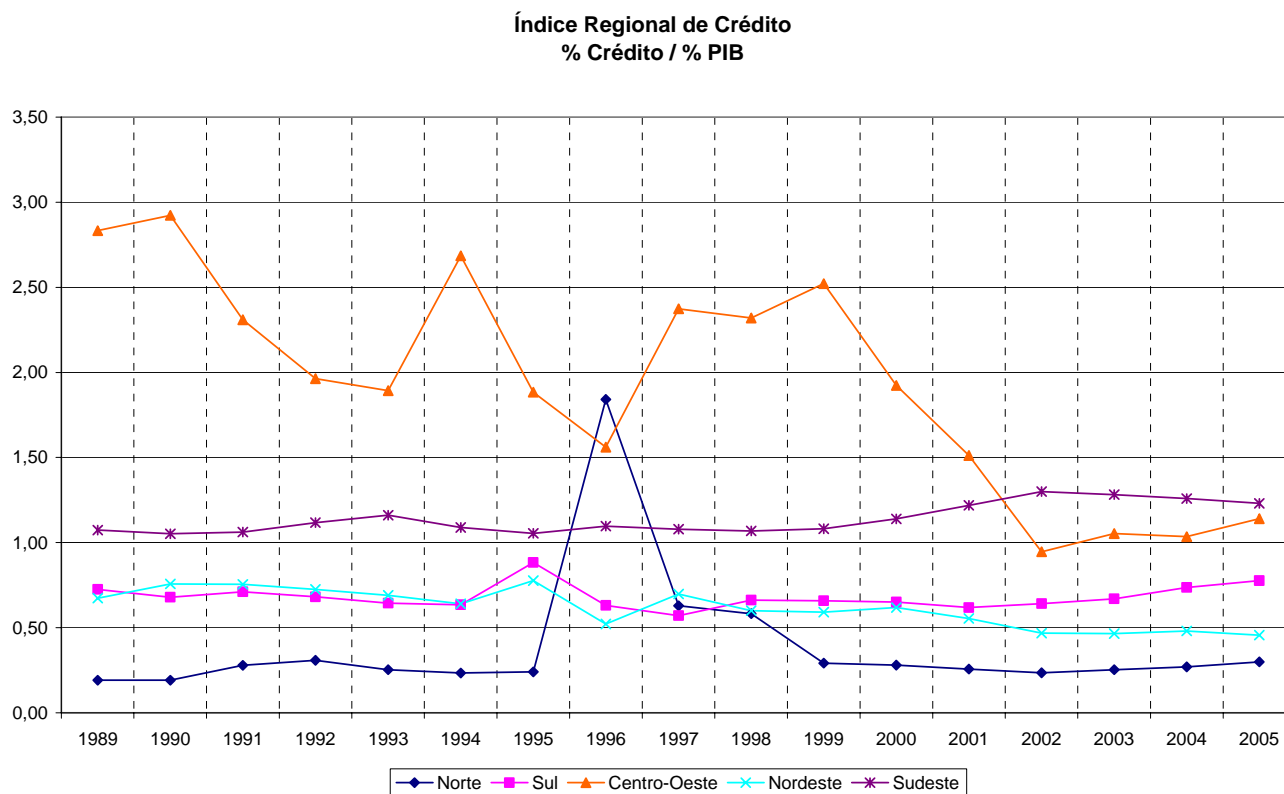
A evolução do Índice Regional de Crédito é mostrada no gráfico 4 a seguir. Fica evidente que, durante todo o período de análise, as regiões Norte, Nordeste e Sul tiveram uma participação na distribuição do crédito inferior a suas respectivas contribuições para o PIB brasileiro. A única exceção ocorreu em relação à região Norte no ano de 1997. No entanto, isto se deveu a um fato isolado, que pode ser a privatização da CELPA (Centrais Elétricas do Pará) ou investimentos concentrados em Carajás. Por outro lado, as regiões Sudeste e Centro-Oeste sempre apresentaram uma participação relativa no crédito superior a suas respectivas participações relativas no PIB. No caso da região Centro-Oeste, o resultado é, em grande parte, determinado pelo fato de lá estarem localizadas as sedes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, conforme já ressaltado

¹⁰ Almeida (2007) argumenta que o processo de concentração bancária ocorrido na segunda metade da década dos 1990 também acarretou uma redução no crédito concedido em algumas regiões, estimulando a sua concentração. Apesar de não se desconsiderar aqui esta possibilidade, acredita-se que a sua influência tenha sido menor, tendo em vista que a lógica da decisão locacional de agências no período pré-reestruturação do sistema bancário não estava centrada na distribuição do crédito, mas sim na captação de recursos para aplicação no *overnight*.

¹¹ De fato, este indicador é uma adaptação do conhecido “quociente locacional” amplamente utilizado na literatura de economia regional para determinar a existência ou não de especialização produtiva em uma região específica.

anteriormente. Assim, parte das operações de crédito, ainda que sejam destinadas a outras regiões, são computadas na Centro-Oeste.

Gráfico 4



Fonte: LEMTe e Ipeadata

Pode-se afirmar, a partir da discussão apresentada, que a concentração de crédito na região Sudeste seja o resultado de uma estratégia deliberada dos bancos. Isto é, que seja consequência de estratégias bancárias diferenciadas no território. Estas seriam decorrentes de diferenças na preferência pela liquidez dos bancos entre as regiões. Dado que em regiões mais atrasadas a dinâmica econômica é mais instável, como visto anteriormente, isto levaria os bancos a reduzirem a concessão de crédito nestas, concentrando-a em regiões mais dinâmicas. Concentração que geraria um efeito perverso no sentido de reforçar as desigualdades regionais já existentes.

Outra forma de visualizar o fato de os bancos terem estratégias diferenciadas nos territórios que não são apenas reflexo da estrutura produtiva vigente pode ser observado na Tabela 4. Nela vê-se que a participação relativa das regiões no valor adicionado da intermediação financeira é mais concentrada do que a participação relativa no total do valor adicionado. Na região Sudeste, por exemplo, enquanto que a sua participação no total do valor adicionado foi, em 2006, 54,9%, a sua participação no valor adicionado da intermediação financeira foi de 65,9%. No outro extremo está a

região Norte, com participação no valor adicionado total de 5,2 % e na intermediação financeira de 1,79%.

É interessante notar a evolução da participação da intermediação financeira durante o período analisado. No Sudeste, enquanto se observou pequena tendência de desconcentração da atividade produtiva entre 1990 e 2004 (passando de 57% para 55%), houve aumento do grau de concentração da atividade financeira, expresso pelo aumento da participação da intermediação financeira da região no valor adicionado bruto do Brasil (54,8%, em 1990, para 66%, em 2004). Na região Sul, a concentração econômica variou de 17,1%, em 1990, para 18,4% em 2004, ao passo que a financeira passou de 8,9% para 14,5% naqueles mesmos anos. O expressivo crescimento percentual dessas duas regiões na intermediação financeira no País deu-se exclusivamente em função da queda na participação da região Centro-Oeste – que perdeu 18,3 pontos percentuais no comparativo.

Tabela 4

Participação das regiões no Valor Adicionado Bruto do Brasil, pelo total de atividades econômicas e pela atividade de intermediação financeira - 1990 - 2004

Ano	Região Sudeste		Região Sul		Região Norte		Região Nordeste		Região Centro-Oeste	
	Interm. Financ.	Total ativ.	Interm. Financ.	Total ativ.	Interm. Financ.	Total ativ.	Interm. Financ.	Total ativ.	Interm. Financ.	Total ativ.
1990	54,80	57,00	8,89	17,12	0,81	4,66	7,64	12,56	27,86	8,66
1991	59,23	57,91	9,57	16,68	1,08	4,52	7,90	13,12	22,22	7,77
1992	64,97	59,27	9,43	17,05	1,04	3,87	7,36	12,15	17,21	7,66
1993	70,26	59,89	7,40	16,24	0,95	4,49	6,40	11,57	14,99	7,81
1994	67,60	57,66	10,23	17,99	0,88	4,83	6,68	12,44	14,61	7,09
1995	66,59	58,27	11,39	17,87	0,94	4,56	7,08	12,77	13,99	6,53
1996	65,38	57,51	10,54	18,09	1,49	4,59	7,24	13,18	15,35	6,63
1997	65,10	58,08	9,97	17,70	1,46	4,34	6,84	13,08	16,62	6,80
1998	61,58	57,74	11,62	17,62	1,55	4,47	7,33	13,05	17,92	7,11
1999	64,12	57,81	12,11	17,85	1,56	4,47	7,01	13,06	15,20	6,80
2000	66,07	57,53	13,19	17,64	1,86	4,61	7,79	13,04	11,09	7,18
2001	69,01	57,17	12,44	17,80	1,66	4,73	7,87	13,02	9,02	7,28
2002	64,96	56,36	14,73	17,76	1,64	4,95	9,12	13,36	9,56	7,57
2003	68,00	55,42	13,62	18,59	1,71	4,88	7,86	13,63	8,80	7,49
2004	65,98	54,96	14,51	18,35	1,79	5,23	8,13	13,97	9,59	7,49

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Já as regiões Norte e Nordeste, ainda que tenham ganhado importância entre 1990 e 2004 no âmbito financeiro e no das demais atividades econômicas, continuam sendo as de menor expressão nacional.

Em determinada medida tal resultado reflete a evolução regional da relação Ativo Total/PIB discutida anteriormente. Seguindo o raciocínio de Crocco e Santos (2006), as regiões centrais tendem a ter menor preferência pela liquidez (dos agentes de forma geral – bancos e público) e,

portanto, dispõem de maior oferta e demanda por crédito. Assim, utilizam mais o setor bancário nas atividades produtivas – implicando uma maior intermediação financeira. De fato, observa-se, na tabela acima, que as regiões economicamente mais desenvolvidas (Sudeste e Sul) concentram juntas mais de 80% da intermediação financeira realizada no País. A concentração do crédito e do setor financeiro nessas regiões acaba por beneficiar as firmas lá localizadas, em detrimento daquelas instaladas em regiões periféricas – pela possibilidade de acesso mais fácil a empréstimos e a serviços bancários mais diversificados. Com isso, acentua-se a diferença regional. Com efeito, o setor financeiro, antes de ser simplesmente um espelho da economia real, tende a influenciar significativamente as desigualdades entre as regiões.

Além disto, a menor participação das regiões Nordeste e Norte na intermediação financeira justificam-se pelos vazamentos de crédito para as regiões mais desenvolvidas. O sistema financeiro brasileiro é centralizado. À exceção dos bancos de investimento, não existem bancos regionais. Assim, ainda que a produção ocorra em uma determinada região, parte da negociação financeira se dá nos grandes centros – especialmente na cidade de São Paulo (localizada no Sudeste). Para os autores, isso corrobora o argumento teórico de que os vazamentos no setor financeiro tendem a agravar os desequilíbrios regionais (CROCCO e SANTOS, 2006).

Importa lembrar que vazamentos financeiros referem-se não somente à concentração de crédito, mas também à realização de depósitos. Observa-se que há drenagem de recursos das regiões menos desenvolvidas para as mais prósperas, devido às maiores e melhores oportunidades de inversão normalmente disponíveis nestas últimas. A conclusão confirma o estudo de Amado (1997), no qual a autora argumenta que as significativas diferenças estruturais, observadas entre as diversas regiões no País, conduzem a uma dinâmica monetária que tende a ampliar as desigualdades, ao invés de reduzi-las, como prevêem os modelos ortodoxos.

3) Gestão do Ativo Bancário

Continuando a análise de indicadores que possam sugerir a existência de estratégias regionais bancárias diferenciadas no espaço, passa-se agora ao estudo sobre a gestão do ativo dos bancos nas diferentes regiões brasileiras. Serão avaliadas três variáveis: Lucro/Ativo, Crédito/Ativo e Títulos e Valores Mobiliários (TVM)/Ativo. O índice Lucro/Ativo permite avaliar a capacidade do sistema bancário em transformar os seus direitos e haveres, representados por seu ativo, em lucro. Em outras palavras, ele capta a capacidade da gestão do ativo em gerar ou não lucros. Os outros dois indicadores procuram identificar com maior detalhe qual conta do ativo bancário pode estar melhor contribuindo para o resultado observado no índice anterior. Por simplificação optou-se por trabalhar com apenas duas contas do ativo: Crédito e Títulos. Estes seriam, teoricamente, os

ativos de menor liquidez e maior rentabilidade (crédito) e de maior liquidez e menor rentabilidade (excetuando-se a retenção de moeda na sua forma mais líquida – *cash*)¹².

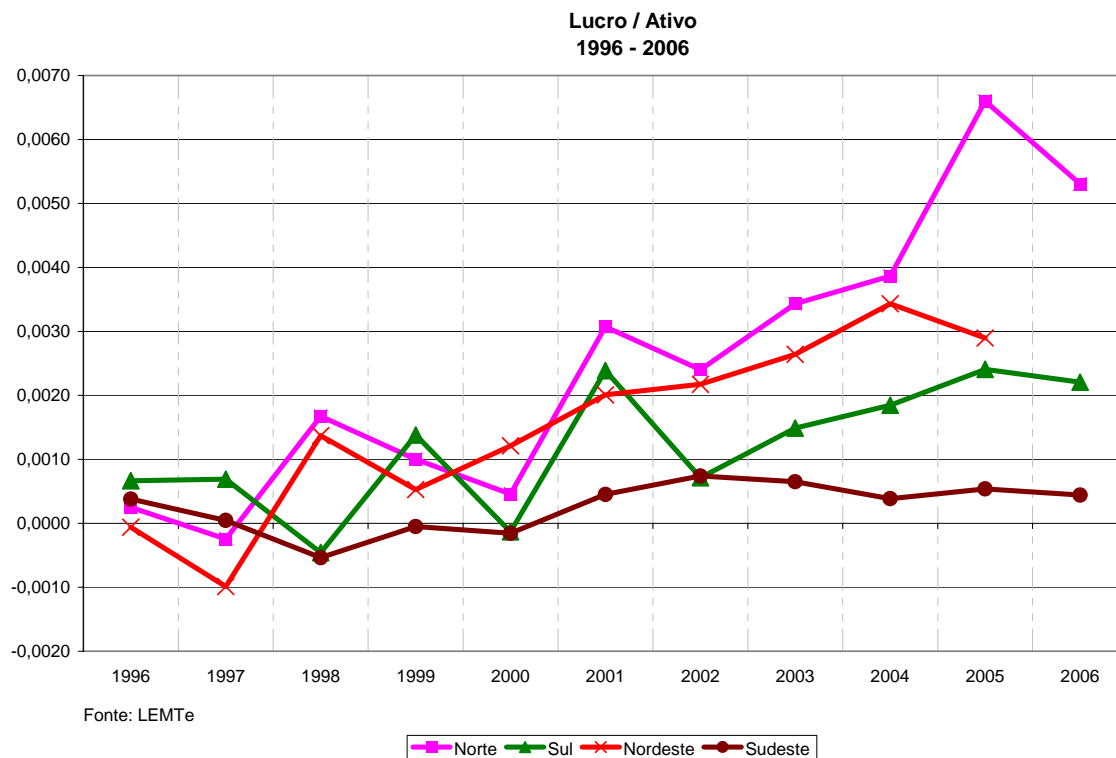
O gráfico 5 apresenta a evolução do Lucro/Ativo dos bancos, por região, entre 1996 e 2006.¹³ Em quase todo o período analisado, principalmente após a estabilização monetária, observa-se que o sistema bancário das regiões menos desenvolvidas (especificamente a Norte e a Nordeste), mostrou-se relativamente mais lucrativo do que o da região Sudeste – a mais desenvolvida economicamente. A despeito de estas regiões emprestarem proporcionalmente menos que os seus PIBs, devido em grande parte à maior preferência pela liquidez dos bancos, e de apresentarem relativamente pequeno peso nos respectivos PIBs. Tal fato sinaliza que a relativamente pequena intermediação financeira, realizada pelo sistema bancário nestas regiões, não interfere na obtenção de lucros pelo mesmo.

Este dado, quando analisado em conjunto com as tabelas e gráficos anteriores, aponta claramente a existência de estratégias diferenciadas no espaço. Além disto, permite questionar em que medida a eficiência microeconômica bancária é sinônimo de eficiência bancária do ponto de vista macroeconômico. A hipótese implícita no *mainstream* da economia é que a eficiência microeconômica leva, automaticamente, à alocação ótima de recursos, e à eficiência macroeconômica (CARVALHO, STUDART, ALVES JR., 2002). Entretanto, como se pode constatar, o Brasil é um bom exemplo de que nem sempre é assim. Um sistema bancário microeconomicamente eficiente não conduz necessariamente a um maior volume de crédito e a uma melhor eficiência em sua alocação. Os bancos definem suas estratégias de atuação (realização de operações de empréstimos, financiamentos e/ou aplicações em títulos), buscando adequar suas carteiras de ativos a uma relação entre rentabilidade e liquidez que julgam ser a melhor. Tal atitude é tomada considerando-se as expectativas dos bancos sobre o futuro, definindo a sua preferência pela liquidez. Portanto, não necessariamente maior lucratividade está associada à concessão maior de empréstimos.

¹² É importante ressaltar que as operações de crédito e a aplicação em títulos não são as únicas fontes de lucro de um banco. Hoje em dia, especialmente, um importante componente da sua receita é obtido a partir dos serviços prestados, das taxas bancárias. Entretanto, essas informações não estão disponíveis de maneira regionalizada, motivo pelo qual não serão utilizadas no trabalho.

¹³ Para simplificar a análise, optou-se por excluir a região Centro-Oeste, tendo em vista os problemas de seus dados, derivados do fato de nela estarem as sedes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Governo Federal. Essas ocorrências distorcem os dados apresentados. Ainda, a análise se concentra nos anos posteriores a 1996, para evitar a influência de ajustes derivados de fatos como, Plano Collor, adoção da URV e, finalmente, o ajuste imediato pós-Plano Real.

Gráfico 5



Ao analisar o gráfico 5, constata-se que a variável Lucro/Ativo na região Sudeste apresentou tendência de estabilidade no período considerado. A região Sul apresentou uma forte oscilação até 1996. No entanto, a partir de 1997 até o final da série, apesar de pequenas variações, existe uma clara tendência de crescimento. Nas demais regiões, a tendência maior foi de crescimento, especialmente considerando-se o período pós-1998. A crise externa, iniciada em 1998, levou a um aumento significativo da taxa de juros interna (chegando a atingir 45% aa em março de 1999). Tal evento estimulou fortemente a aquisição de títulos pelos bancos. De fato, como se poderá perceber mais adiante, todas as regiões apresentaram um salto na aquisição desses papéis em 1999. Isso foi determinante para a melhora no resultado final (lucro) dos bancos localizados na região Norte e Nordeste.

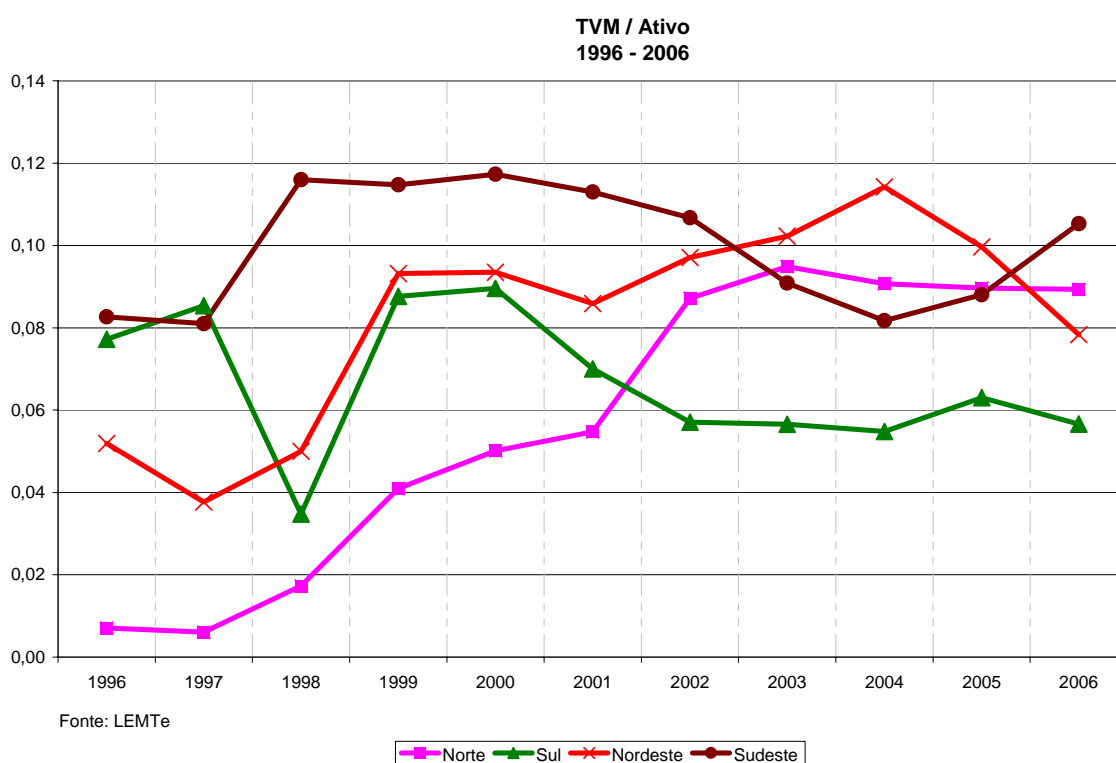
Para esclarecer melhor o entendimento das estratégias bancárias que conduziram a estes resultados, principalmente pós-estabilização, decidiu-se analisar o peso no ativo bancário de duas contas fundamentais, quais sejam, Títulos e Valores Mobiliários e Crédito.

A análise dos Títulos e Valores Mobiliários em relação ao ativo total do sistema bancário, acha-se no gráfico 6 que apresenta o comportamento deste indicador pós-estabilização em todas as regiões.

Fica evidente, pelo gráfico, o aumento generalizado, nas regiões, do peso dos títulos e valores mobiliários em relação ao ativo após a estabilização monetária, principalmente depois da crise de 1998. Como já mostrado, iniciando com a crise mexicana de 1995 e consolidada após a

crise de 1998, a política macroeconômica vigente no País teve, no aumento da taxa de juros e na sua manutenção em patamares elevados, o seu ponto central. Procedimento que abriu aos bancos a possibilidade de aumentarem seus ganhos com operações com títulos do governo brasileiro. Esse tipo de operação era, sem dúvida alguma, menos onerosa e arriscada do que a concessão de crédito. O quadro explicaria o aumento generalizado dos TVMs no ativo do sistema bancário como um todo.

Gráfico 6



Fonte: LEMTe

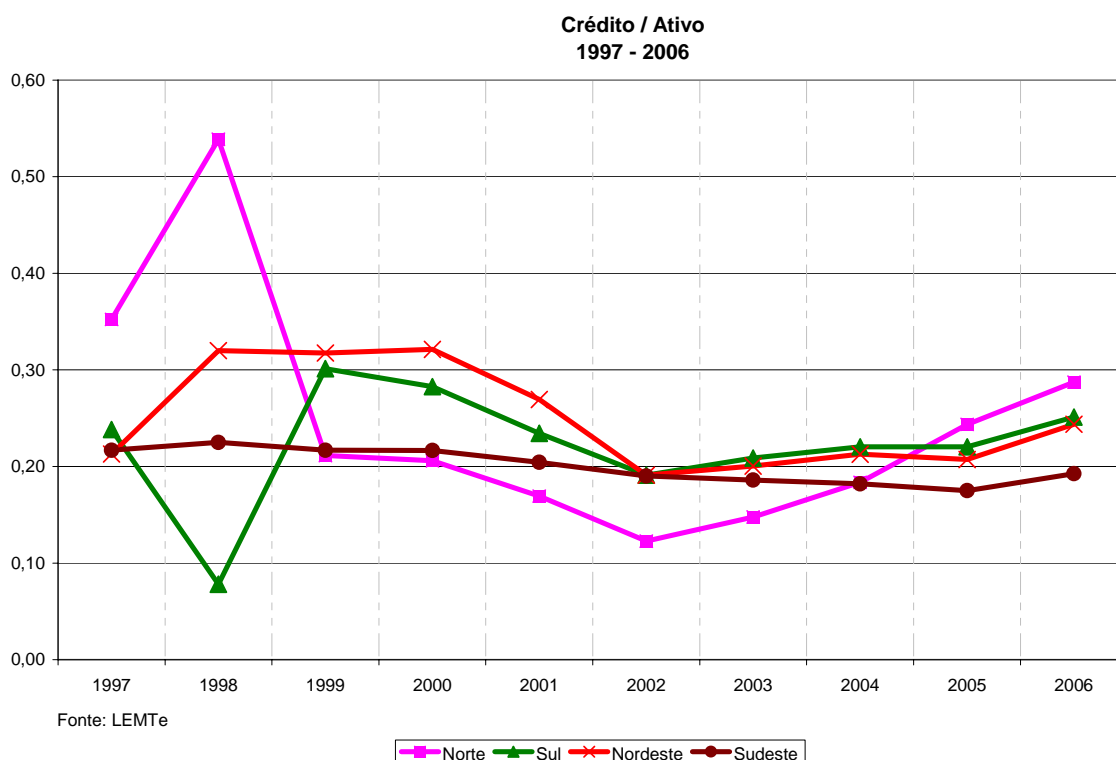
No entanto, o gráfico 6 também permite concluir que a nova estratégia bancária apresentou diferenças de grau significativas entre as regiões. Em primeiro lugar, chama a atenção o crescimento desse indicador na região Norte. No período em análise, a participação de títulos no ativo das agências bancárias da região pulou de cerca de 0,7% em 1996 para aproximadamente 9,1% em 2004, estabilizando-se nesse patamar nos dois anos seguintes. De forma semelhante, na região Nordeste o aumento foi de 0,5% em 1996 para 11,4% em 2004, ano que atinge o seu pico. Nos anos posteriores, observa-se uma pequena retração no indicador.

Por outro lado, as regiões Sul e Sudeste apresentam um comportamento distinto. Em ambas, ocorre um crescimento do peso deste tipo de ativo até o ano de 2000, com uma redução posterior até o ano de 2004. Esse indicador volta a crescer nos dois últimos anos da série.

Completando a análise da gestão do ativo das agências bancárias, o gráfico 7 mostra a evolução do indicador Crédito/Ativo nas regiões. Nota-se aqui um movimento claramente distinto ao observado em relação ao índice analisado anteriormente. De uma forma geral, também acompanhando as condições macroeconômicas vigentes, ocorre uma redução generalizada no peso dos empréstimos concedidos no total do ativo das agências bancárias.

No entanto, aqui também se observam diferenças regionais significativas. Em primeiro lugar, a queda é muito mais acentuada nas regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste). No caso da região Norte, o crédito respondia por 36,4% em 1997, caindo para 11,8% em 2002 (uma redução de 25 pontos percentuais). Esse valor volta a crescer a partir do início do governo Lula, chegando, em 2006, a 28,3%. A região Nordeste, por sua vez, tem uma redução de 14 pontos percentuais (de 32% para 19% entre 1998 e 2002). Após esse ano, observa-se um aumento de importância do crédito no ativo das agência bancárias da região, chegando ao ano de 2006 com 24,3%.

Gráfico 7



Fonte: LEMTe

As regiões Sudeste e Sul, apesar de possuírem um padrão similar (redução até 2002 e aumento posterior), registram uma volatilidade menor. A região Sudeste apresenta um constante declínio da participação do crédito em seu ativo desde 1998 até 2005. No entanto, essa queda foi de apenas 5 pontos percentuais (de 22,5% para 17,5%). No ano de 2006, observa-se um pequeno

crescimento de 2 pontos percentuais (para 19,5%). Já na região Sul o peso do crédito também cai cerca de 5 pontos percentuais até 2002, subindo 6 pontos até 2006 (25,1%).

V. CONCLUSÕES PRELIMINARES

A análise combinada dos indicadores analisados na seção anterior permite concluir que as agências bancárias, localizadas em regiões mais atrasadas, sustentaram o aumento da relação Lucro/Ativo pós-estabilização mediante a redução do peso da concessão de crédito nos seus ativos e do aumento dos títulos e valores mobiliários em uma escala claramente superior ao observado nas regiões mais desenvolvidas, sugerindo assim uma clara diferenciação espacial da estratégia bancária. O fato seria resultado de uma estratégia mais defensiva em regiões menos desenvolvidas que, devido à existência de uma maior incerteza econômica e de uma maior volatilidade da economia, faz com que ocorra uma redução da exposição ao risco do crédito. Observa-se tal estratégia acompanhando-se a redução do volume de crédito que estaria sendo concedido apenas a projetos mais seguros e menos arriscados.

Essa conclusão confirma a hipótese da existência de estratégias bancárias diferenciadas por regiões. Embora exista uma linha mais geral de atuação dos bancos, respondendo ao contexto macroeconômico, as evidências apontam para o fato de essa atuação mais geral ser aplicada em diferentes regiões com intensidades distintas. Tal estratégia, no entender dos autores, tem implicações muito importantes para o desempenho econômico das regiões brasileiras, atuando no sentido de aprofundar as desigualdades regionais.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Daniel Bruno de Castro. **Bancos e Concentração de Crédito no Brasil: 1995-2004**. Belo Horizonte: Cedeplar. Dissertação de Mestrado, 2007. 90p.
- AMADO, Adriana. A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana. **Estudos econômicos**, v.27, n.3, p.417-40, 1997.
- AMADO, Adriana. Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva pós-keynesiana. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 1, jan./mar. 1998.
- ANDIMA-IBGE, **Sistema Financeiro**: uma análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995. Rio de Janeiro: Andima, 1997.
- ARAÚJO, Luís Alberto *et al.* Competição e concentração entre os bancos brasileiros. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 8., 2005, Porto Alegre, RS. **Anais**. Porto Alegre: ANPEC-SUL, 2005 (Disponível em CD-ROM).
- ARESTIS, P.; DEMETRIADES, P. Financial development and economic growth: assessing the evidence. **Economic Journal**, v. 107, n. 442, p. 783-99, May 1997.
- BARBACHAN, J.S.F. e FONSECA, M.M. **Concetreção bancária brasileira**: uma análise microeconômica. São Paulo: IBMEC, 2004.

- CARVALHO, Carlos Eduardo; STUDART, Rogério; ALVES JR., Antônio José. **Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente**. Brasília: IPEA, 2002. 75p. (Texto para Discussão 882).
- CORAZZA, G. . Crise e reestruturação bancária no Brasil. **Revista Análise**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 21-42, 2001.
- CROCCO, M. *et. al.* The behaviour of liquidity preference of banks and public and regional development: the case of Brazil. **Journal of Post Keynesian Economics**, Nova York, v. 28, n.2, p. 217 – 240, 2005.
- _____ e SANTOS, F.. Financiamento e desenvolvimento sob novas óticas. In: **A Arquitetura da Exclusão** Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro, 2006.
- _____ e JAYME JR.. O ressurgimento da geografia da moeda e do sistema financeiro. In: CROCCO, M. e JAYME JR., F. (org). **Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DEMETRIADES, P.O.; HUSSEIN, K.A. Does financial development cause economic growth? Time series evidence from 16 countries. **Journal of Development Economics**, v. 51, n. 2, p. 387-411, Dec.1996.
- DOW, Scheila. The regional composition of the money multiplier process. **Scottish Journal of Political Economy**. v.19, n.1, 1982.
- _____. **Financial markets and regional economic development: the Canadian experience**. Aldershot: Avebury, 1990.
- _____. **Money and the economic process**. Aldershot: Elgar, 1993.
- _____. The stages of banking development and the spatial evolution of financial systems. In: MARTIN, Ron (ed.). **Money and the space economy**. Londres: Willey, 1998.
- FAINI, R. *et.al.* Finance and development: the case of Southern Italy. In: GIOVANNINI, A. (ed.), **Finance and development: issues and experience**. Cambridge: University Press, 1993.
- GERTLER, M. e ROSE, A. Finance, Public Policy and Growth, in CAPRIO, G., ATILJAS, I. e HANSON, J.A. (eds) **Financial Reform: theory and experience**, Cambridge University Press, p. 13-45, 1996.
- IBGE. **Contas regionais**. Brasília: IPEA. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>.
- IPEA. **Ipeadata: dados macroeconômicos e regionais**. Brasília: IPEA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>
- JAYARATNE, J.; STRAHAN, P. E. The finance-growth nexus: evidence from bank branch deregulation. **Quartely Journal of Economics**, v. 111, n. 3, p.639-70, Aug. 1996.
- LEMTe, Laboratório de Estudos em Moeda e Território – Cedeplar – UFMG.
- LEVINE, R. Financial development and economic growth: views and agenda. **Journal of Economic Literature**, v.35, n.2, p.688-726, Jun.1997.
- _____. The legal environment, banks and long-run economic growth, **Journal of Money Credit and Banking**, v. 30, n.3, p. 596-613, 1998.
- MOORE, C.L., and HILL, J.M. Interregional arbitrage and the supply of loanable funds. **Journal of Regional Science**, 22, p.499–512, 1982.
- PUGA, F. P. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. (Texto para Discussão 68).
- RAJAN, R. G.; ZINGALES, L. Financial dependence and growth. **American Economic Review**, v. 88, n. 3, p. 559-86, June 1998.

- ROBERTS, R.B., and FISHKIND, H.H. The role of monetary forces in regional economic activity: an econometric simulation analysis. **Journal of Regional Science**, 19 (1), p.15-29, 1979.
- RODRIGUEZ-FUENTES, C. J.. Credit Availability and Regional Development. **Papers in Regional Science**, v. 77, 1, p.63-75, 1998.
- RODRIGUEZ-FUENTES, C. J.. **Regional Monetary Policy**, Routledge: Abingdon, 2006.
- SAMOLYK, K.A.. Banking conditions and regional economic performances. **Journal of Monetary Economics**, v.34, p.259-78, 1994.
- SOARES, Ricardo P. **Evolução do crédito de 1994 a 1999**: uma explicação. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 46 p. (Texto para discussão 808)
- WORLD BANK e IMF. **Financial sector assessment**: a handbook, Word Bank and International Monetary Fund, Washington, 2005.